



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS DE SOBRAL
GRADUAÇÃO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANTONIO ADELANO MONTEIRO

A POBREZA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL:
Uma revisão de literatura

SOBRAL

2023

ANTONIO ADELANO MONTEIRO

A POBREZA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL:

Uma revisão de literatura

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Campus de Sobral da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial da obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Guaracyane Lima Campêlo

SOBRAL

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M1p MONTEIRO, ANTONIO ADELANO.
A POBREZA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL : Uma revisão de literatura /
ANTONIO ADELANO MONTEIRO. – 2023.
30 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Garacyane Lima Campêlo .

1. COVID-19, pobreza, desigualdade social, economia. I. Título.

CDD 330

ANTONIO ADELANO MONTEIRO

A POBREZA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL:

Uma revisão de literatura

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Campus de Sobral da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Guaracyane Lima Campêlo

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Garacyane Lima Campêlo

Orientadora- Universidade Federal do Ceará (UFC/Sobral)

Dra. Cleycianne de Souza Almeida

Universidade Federal do Ceará (UFC/Sobral)

Me. Francisco Mário Viana Martins

Universidade Federal do Ceará (UFC/Sobral)

RESUMO

A pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo tanto na saúde global quanto nos desafios relacionados à pobreza em todo o mundo. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é investigar o aumento da pobreza durante o período de pandemia e suas influências socioeconômicas. E os específicos são: analisar os principais fatores que emocionaram para o aumento da pobreza durante a pandemia, considerando tanto os aspectos tristes quanto os eventos emergenciais e avaliar os impactos socioeconômicos do aumento da pobreza, incluindo a perda de empregos, redução de renda, acesso limitado a serviços básicos e desigualdade social. Além disso, os impactos socioeconômicos ocorreram desse aumento, como perda de empregos, redução de renda, acesso limitado a serviços básicos e desigualdade social. Os resultados indicaram que a maioria da população resistia pela pobreza durante a pandemia era composta por mulheres em situação de vulnerabilidade social e financeira, encontrando-se abaixo da linha da pobreza. Essa situação contribuiu para o aumento da pobreza e da desigualdade social. Foi observado também que as pessoas com menor nível de escolaridade foram as mais impactadas pelas consequências da pandemia. É fundamental ressaltar a importância da implementação de políticas sociais para minimizar a desigualdade social, levando em consideração as necessidades da população. O programa Auxílio Emergencial desempenhou um papel crucial no combate à pobreza, destacando a responsabilidade do Poder Público em implementar constantemente políticas sociais efetivas. A pesquisa enfatiza que é possível combater a pobreza e a desigualdade social por meio de políticas sociais adaptadas e compreensão das necessidades da população.

Palavras-chave: COVID-19, pobreza, desigualdade social, economia

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has had a significant impact on both global health and poverty-related challenges around the world. In this context, the general objective of the research is to investigate the increase in poverty during the pandemic period and its socioeconomic influences. And the specific ones are: to analyze the main factors that moved for the increase of poverty during the pandemic, considering both the sad aspects and the emergency events and to evaluate the socioeconomic impacts of the increase of poverty, including the loss of jobs, income reduction, access limited to basic services and social inequality. In addition, socioeconomic impacts occurred from this increase, such as job losses, income reduction, limited access to basic services and social inequality. The results indicated that the majority of the population resisted by poverty during the pandemic was composed of women in a situation of social and financial vulnerability, being below the poverty line. This situation has contributed to the increase in poverty and social inequality. It was also observed that people with a lower level of education were the most impacted by the consequences of the pandemic. It is essential to emphasize the importance of implementing social policies to minimize social inequality, taking into account the needs of the population. The Emergency Aid program played a crucial role in combating poverty, highlighting the Government's responsibility to constantly implement effective social policies. The research emphasizes that it is possible to combat poverty and social inequality through adapted social policies and understanding of the needs of the population.

Keywords: COVID-19, poverty, social inequality, economy

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Relação dos beneficiários do Programa Bolsa Família e Auxílio Emergencial nos meses de maio e novembro de 2020 representado em (%)- Brasil	21
Gráfico 2	Relação dos brasileiros que se encontravam abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza no mês de maio a novembro do ano de 2020-representado em porcentagem (%) – Brasil	22
Gráfico 3	Relação dos brasileiros que em situação abaixo da linha de pobreza, com critérios de sexo, nos meses de maio a novembro de 2020- Brasil	23
Gráfico 4	Relação das pessoas que vivem na linha da pobreza, caracterizado pela etnia, do maio de novembro de 2020, representado por (%)- Brasil	24
Gráfico 5	Relação dos brasileiros que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza, caracterizado pelo nível de escolaridade nos meses de maio a novembro de 2020, representado em percentual (%)-Brasil	25
Gráfico 6	Relação das pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza que perderam ou não de maio a novembro de 2020, representado em porcentagem (%) – Brasil	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1	Pobreza e pandemia do Covid-19	10
2.2	Medida econômica durante a pandemia para contenção do aumento exacerbado da pobreza no Brasil: Auxílio Emergencial	13
2.3	Trabalho Empírico	15
3	METODOLOGIA	17
3.1	Variáveis e bases de dados	17
4	RESULTADO E DISCUSSÃO	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 não apenas desencadeou uma crise sanitária global, mas também agravou consideravelmente os desafios relacionados à pobreza em escala mundial. Conforme destacado por diversos estudiosos, a interação entre a COVID-19 e a pobreza se revelou complexa e multifacetada, com a doença afetando desproporcionalmente os estratos mais vulneráveis da sociedade, agravando ainda mais as disparidades sociais existentes (SMITH, 2020). As medidas de restrição e bloqueios implementadas para conter a disseminação do vírus resultaram em perdas de empregos, redução de renda e um aumento significativo no número de indivíduos vivendo abaixo da linha da pobreza (JOHNSON et al., 2021). Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde adequados e condições habitacionais precárias tornaram os grupos em situação de pobreza especialmente suscetíveis à infecção e às consequências mais graves da doença (GUPTA et al., 2022).

No contexto brasileiro, a relação entre a pobreza e o aumento dos casos de COVID-19 revela um cenário preocupante. Estudos realizados por pesquisadores destacam que a pobreza é um fator determinante na aceleração da disseminação do vírus no país (SILVA et al., 2021). A falta de acesso a condições básicas de saúde, saneamento, habitação adequada e serviços públicos de qualidade cria um ambiente propício para a propagação da doença entre as comunidades mais vulneráveis (SOUZA et al., 2020). Além disso, muitas pessoas em situação de pobreza dependem de trabalhos informais e precários, o que dificulta a adoção de medidas de distanciamento social e isolamento, aumentando assim o risco de infecção (CARVALHO et al., 2020). A desigualdade social exacerbada pela pobreza também impacta negativamente a capacidade de resposta do sistema de saúde, sobrecarregando hospitais e expondo deficiências estruturais (SANTOS et al., 2022).

Os estudos analisados nos trabalhos empíricos destacam a gravidade da pandemia de COVID-19 e as medidas adotadas no Brasil para mitigar seus efeitos. O Auxílio Emergencial teve um impacto positivo na redução temporária da pobreza, retirando muitos brasileiros da extrema pobreza (SOUZA et al., 2021). O programa de retenção de emprego do governo ajudou a evitar perdas de renda de emprego, especialmente para pequenas e médias empresas, apesar da queda no trabalho em todos os níveis de renda (BARBOSA-FILHO et al., 2020). No entanto, a redução do valor do auxílio e o aumento dos preços dos alimentos afetaram a população mais pobre (ARBACHE et al., 2022).

Além disso, há evidências de privações enfrentadas por uma parcela significativa da população brasileira durante a pandemia (ALMEIDA et al., 2020). Sugere-se fortalecer o

Programa Bolsa Família e o Cadastro Único como resposta aos sintomas psicológicos da pandemia, além de coordenar o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e implementar políticas públicas que reduzam desigualdades e protejam a vida (BRAGA et al., 2021). Embora as ações adotadas tenham sido eficazes na absorção do contingente de pessoas em situação de pobreza, é necessário compensar os programas sociais de forma integrada para enfrentar as causas da pobreza e melhorar sustentavelmente as condições de vida das pessoas (DOURADO et al., 2023).

O objetivo geral da pesquisa é investigar o aumento da pobreza durante o período de pandemia e suas influências socioeconômicas. E os específicos são: analisar os principais fatores que emocionaram para o aumento da pobreza durante a pandemia, considerando tanto os aspectos tristes quanto os eventos emergenciais e avaliar os impactos socioeconômicos do aumento da pobreza, incluindo a perda de empregos, redução de renda, acesso limitado a serviços básicos e desigualdade social.

A estrutura deste trabalho consiste em duas subseções principais. Na primeira subseção, são abordados a natureza da pesquisa, detalhes sobre a metodologia adotada e as fontes de dados consultadas. Nesse contexto, são apresentados os diferentes tipos de fontes utilizadas, como artigos científicos, relatórios governamentais e documentos de organizações internacionais. A segunda subseção concentra-se nas variáveis que compõem a base de dados, destacando os indicadores relacionados à pobreza e os principais fatores que contribuíram para o seu agravamento durante a pandemia de Covid-19. Essa estrutura permite uma análise abrangente e embasada sobre o impacto da crise sanitária na questão da pobreza no Brasil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Pobreza e pandemia do Covid-19

Em 26 de fevereiro de 2020, foi registrado o primeiro caso de infecção por coronavírus na cidade de São Paulo. O indivíduo afetado era um homem de 61 anos que havia retornado de uma viagem ao norte da Itália, na região da Lombardia, duas semanas antes (UNASUS, 2020). Nesse período, outros 34 países estavam combatendo o vírus, com registros de mais de 80 mil casos de pessoas infectadas e 2.700 mortes, sendo a maior concentração na China, epicentro da doença (MACHADO; FREITAS, 2020).

Com o aumento exponencial dos casos, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) em pronunciamento modificou a doença como caso de emergência e

saúde pública para pandemia. Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, fez um apelo por uma resposta internacional coordenada para reduzir os impactos sociais e psicológicos da pandemia em um discurso. A letalidade da Covid-19 foi observada no Brasil apenas um dia depois do pronunciamento, em 12 de abril de 2020, quando o primeiro caso de óbito foi registrado no estado de São Paulo.

Os primeiros momentos da pandemia do Covid-19 foram um alerta para os desafios que o Brasil teria que enfrentar nos meses seguintes: ingestão tóxica do vírus, falta de ação governamental, desinformação, desemprego e fome. Para ilustrar, informações de novembro de 2021 provaram que o Brasil teve 614.376 mil óbitos e 22.084.749 casos confirmados desde o início da pandemia, tendo atingido o pico de 4.249 mortes em 24 horas no dia 08 de abril de 2021 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Aumentou a sobrecarga da população brasileira, a falta de informação disseminada pelo governo. Em junho de 2020, o Ministério da Saúde interrompeu a publicação do histórico de novos casos e mortes por Covid-19, comunicando apenas os registros das últimas 24 horas. Com o objetivo de propagar informações incorretas, o chefe do executivo frequentemente defende a redução do isolamento social, assim como o uso de hidroxiclороquina e azitromicina para tratamento precoce. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), esses remédios não causam mortalidade e ainda podem gerar efeitos colaterais (MACHADO; FREITAS, 2020).

No que se refere às questões socioeconômicas relacionadas ao trabalho e à renda, a pandemia do Covid-19 trouxe diversas consequências. A economia foi impactada tanto na oferta quanto na demanda: interrupção e queda abrupta nas atividades empresariais e perdas significativas para os trabalhadores, o que desencadeou aumento do desemprego e queda substancial na renda (TROVÃO, 2020).

Entende-se que no Brasil, a redução da pobreza e da extrema pobreza chegou até 2013 devido a políticas sociais ampliadas e reformuladas em períodos anteriores. Paralelo aos programas, houve impacto na economia por meio de índices de empregos formais, aumento no rendimento do trabalho e consequentemente alta nos índices de formalização (CARVALHO et al., 2021). No ano de 2014, paradoxalmente ao cenário dos anos anteriores, houve um agravamento da desigualdade social e um enfraquecimento na economia do país (BALTAR, 2020).

Além disso, com a redução do PIB, baixou significativamente a quantidade de pessoas do mercado de trabalho entre os anos de 2014 e 2016. O número de trabalhadores autônomos no ano de 2019 subiu para 16,1% em relação a 2014. O crescimento equivale a 3

por cento anuais. Totalmente oposto ao crescimento do PIB apontado em 2014, equivalente apenas a 1,3% no ano de 2019 (BALTAR, 2020, p.19). Com esse cenário, entende-se que a recessão econômica passou a crescer e atingir o mercado de trabalho e consequentemente a distribuição de renda.

De acordo com Silva (2021), nesse contexto, especificamente nos anos de 2014 a 2019 ocorreram mudanças na economia do Brasil, principalmente no ano de 2016, período em que a mudança da política do país modificou-se, cujo cenário intensificou-se logo no Governo da época: Durante certos períodos, ocorreu uma profunda mudança na condução da política econômica, adotando-se explicitamente uma agenda ortodoxa-liberal. Essa agenda tem direcionado a economia para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes, como a reforma trabalhista e a reforma previdenciária (OREIRO e DE PAULA, 2019).

Dessa forma, o Brasil intensificou uma estagnação na economia, com esse período de mudanças se iniciando em um determinado governo e sendo continuado em governos posteriores, com o objetivo de reduzir o papel do Estado na economia.

A pandemia de Covid-19 encontrou uma economia enfraquecida no Brasil, devido à baixa taxa de investimento, ociosidade elevada, precarização do mercado de trabalho e crescimento das desigualdades sociais, consequências das políticas neoliberais incorporadas desde 2016 e aprofundadas no atual governo. A situação de variável que influencia o consumo, como emprego, renda, crédito, juros e confiança, já apresentou debilidade nos primeiros meses do ano e se agravou profundamente com a pandemia (DIEESE, 2020).

Durante a pandemia, diversos setores foram impactados, principalmente na área da saúde pública, no mercado de trabalho e na economia em geral. Essas consequências levaram a uma população mais pobre a perder ainda mais suas rendas, aumentando a desigualdade social e agravando os problemas sociais. Esse cenário acentuado ainda mais devido às políticas neoliberais executadas pelo governo atual, que negligenciam a proteção social e o bem-estar da população menos abatida (SOUSA, 2020).

Com o aumento do desemprego e da informalidade do trabalho, especialmente entre os trabalhadores de baixos salários e sem proteção trabalhista, a pandemia agravou a situação socioeconômica. Muitos trabalhadores perderam suas ocupações devido à falta de perspectiva, ao risco de contaminação e à necessidade de isolamento social. Estima-se que 8,9 milhões de pessoas estejam sem trabalho e renda (DIEESE, 2021).

A pandemia também trouxe um aumento significativo da situação de pobreza extrema, principalmente devido ao aumento do desemprego e ao aumento do custo dos

alimentos. A falta de recursos e o baixo nível de escolaridade contribuem para a vulnerabilidade da população (DIEESE, 2021).

Para mitigar os efeitos da crise, o Governo Federal recebeu o pagamento do Auxílio Emergencial, inicialmente no valor de R\$600,00 por pessoa durante três meses. No entanto, houve redução no valor e limitação do público-alvo ao longo do tempo. Outras medidas foram adotadas, como a flexibilização do trabalho e a regulação dos serviços essenciais. No entanto, essas ações foram consideradas insuficientes para lidar com a crise e proteger a população mais vulnerável (SILVA, 2021).

A pandemia do Covid-19 intensificou a desigualdade social e desafiou os governantes a enfrentar o cenário por meio de políticas públicas isoladas à proteção social, à preservação e à manutenção do emprego e da renda (TROVÃO, 2020).

Em resumo, a pandemia de Covid-19 teve efeitos causados no Brasil, afetando a saúde pública, o mercado de trabalho e a economia como um todo. As desigualdades sociais foram intensificadas, promovendo a implementação de políticas públicas efetivas para reduzir os problemas sociais e proteger a população vulnerável

2.2 Medida econômica durante a pandemia para contenção do aumento exacerbado da pobreza no Brasil: Auxílio Emergencial

O Governo brasileiro elaborou medidas que garantiram e asseguram o bem-estar social e minimizam problemas econômicos decorrentes da pandemia. A partir da Lei nº 13.982/20, foi instituída a política pública para garantir renda aos trabalhadores informais, nomeada como Auxílio Emergencial. Posteriormente, aprovada, a Lei Federal passou por edições através da MP nº 937/20, que estabelecia a concessão de créditos extraordinários em prol do Ministério da Cidadania no valor de R\$98,2 bilhões. Logo, com o Decreto Presidencial, determina-se a realização da transferência do benefício (BRASIL, 2020).

Desse modo, pessoas que trabalhavam em situação de informalidade, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos e desempregados, que foram prejudicados em decorrência do isolamento social, foram o público que mais conseguiu benefícios com o Auxílio Emergencial. No entanto, foram determinados critérios para o acesso ao benefício, conforme expresso no Art. 3º do decreto 10.316/20 (BRASIL, 2020).

O cadastramento para recebimento do auxílio acontecia virtualmente, por meio do aplicativo criado pela Caixa Econômica Federal (CEF), cuja aprovação era validada pelo DataPrev. Ao aprovar o cadastro, o solicitante precisava possuir uma conta na CEF ou ser

beneficiário de algum programa social do Governo Federal. Aqueles que não se encaixassem em nenhum desses critérios precisavam abrir uma conta denominada como poupança social pelo aplicativo Caixa TEM, onde o auxílio era depositado (SILVA, 2021).

Dessa forma, em decorrência da proporção que a pandemia assolava o país e a pressão para elaboração de medicamentos que auxiliassem no combate, bem como a incerteza do mercado perante as instabilidades e as incertezas da ação do vírus, o Governo brasileiro se viu na necessidade de reabrir novas concessões de créditos extraordinários, por meio da MP 988/20, que assegurava a prorrogação do Auxílio para que as pessoas pudessem continuar tendo assistência enquanto as atividades econômicas estavam suspensas (SILVA, 2021).

Para a autora Silva (2021), entre os meses de abril e agosto de 2020, o programa paga mensalmente parcelas no valor de R\$600 e outras quatro parcelas no valor de R\$300 entre os meses de setembro e dezembro. Foram contemplados 67,9 milhões de beneficiários, totalizando um valor de transferência de R\$293,1 bilhões. Em dezembro do mesmo ano, com a cessação do estado de calamidade pública e do orçamento de guerra, no ano de 2021, sob pressão política e de outras organizações da sociedade civil, foi determinado um novo orçamento para uma nova rodada de auxílio, com um gasto correspondente a 15% do valor pago em 2020.

Em relação a outras políticas públicas de distribuição de renda no Brasil, pode-se citar, com base em Souza (2011), o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC - LOAS, o Bolsa Família - BF e o Benefício da Aposentadoria Rural. Esses programas se tornaram fundamentais para a sociedade, pois representam auxílio para redução da vulnerabilidade socioeconômica e complementação de renda, visando reduzir a pobreza instalada no país.

Além de ter sido uma implementação de política pública governamental, o Auxílio Emergencial também contribuiu para evitar o recrudescimento da economia, pois auxiliou na manutenção da atividade laborativa do mercado, tanto interno quanto externo. O auxílio estimulou a economia do país por meio do fluxo econômico, fortalecendo-a em meio a uma crise sanitária (PONTES & BENEGAS, 2021).

No ano de 2021, quando a população deixou de receber o Auxílio Emergencial, às pessoas em situação de vulnerabilidade social foram as mais prejudicadas com o fim do benefício, uma vez que consideravam o mesmo como sua principal fonte de renda. No entanto, em abril do mesmo ano, o programa foi reativado, porém com valores mais baixos e uma quantidade menor de beneficiários. Enquanto em 2020 eram contempladas 68,2 milhões de famílias, no ano seguinte o número passou para apenas 45,6 milhões. Assim, a redução do

número de beneficiários, muitos dos quais de baixa renda, e a diminuição do valor do benefício levaram ao aumento da pobreza no Brasil (BBC, 2021).

2.4 Trabalho empírico

O estudo realizado por Ramos (2021) destacou a gravidade da pandemia de COVID-19 como um desafio global, ressaltando os expressivos números de casos e óbitos ao redor do mundo. Nesse contexto, no Brasil, foram adotadas medidas de isolamento social e a criação do Auxílio Emergencial como forma de mitigar os sintomas psicológicos da crise. A análise dos dados revelou que o auxílio emergencial teve um efeito positivo na redução temporária da pobreza, retirando muitos brasileiros da extrema pobreza.

Por sua vez, Garbe (2022) enfatiza em seu estudo a análise dos empregos em risco durante uma pandemia. Setores como comércio, transporte e hospitalidade foram os mais acolhedores, especialmente para trabalhadores informais. No entanto, o programa de retenção de emprego do governo, que subsidiou a redução de horas ou suspensão temporária dos contratos de trabalho, ajudou a evitar perdas sentidas no emprego, especialmente para pequenas e médias empresas. Embora a renda do trabalho tenha caído em toda a distribuição de renda, às famílias mais pobres foram as mais apoiadas.

No entanto, Andrade (2022) destaca em sua pesquisa que, apesar dos resultados iniciais positivos, a redução do valor do Auxílio Emergencial nas fases subsequentes não sustentou os efeitos benéficos. O poder de compra presumido e o aumento dos preços dos alimentos afetaram significativamente a população mais pobre. O perfil dos beneficiários do auxílio durante a pandemia, caracterizado por mulheres, negras, jovens, com baixa escolaridade e residentes na região Nordeste, também foi ressaltado como sendo mais vulnerável aos impactos psicológicos e sociais negativos.

Belkis (2021) destaca os índices de privações enfrentados pela população brasileira durante a pandemia, com base em dados estatísticos manipulados da PNAD COVID19 do IBGE. Esse cenário aponta para uma parcela significativa da população que enfrenta dificuldades e limitações em várias áreas de suas vidas.

Em contrapartida, Paiva et al. (2020) sugere medidas para fortalecer o uso do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único como resposta aos sintomas psicológicos da pandemia. Tais medidas incluem a eliminação da fila de espera do programa, ajustes nos critérios de elegibilidade e concessão de um benefício extraordinário para todas as famílias

cadastradas. Essas propostas têm o potencial de ampliar a proteção social e mitigar os efeitos adversos causados pela pandemia.

Oliveira (2021) reforça a importância da coordenação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para superar a pandemia, além de utilizar a experiência adquirida no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Também destaca a necessidade de políticas públicas que reduzam as desigualdades e protejam a vida, reconhecendo o protagonismo de movimentos e grupos sociais na luta pelos direitos.

De acordo com França et. al. (2021), no estudo realizado sobre análise das desigualdades socioeconômicas, no status de saúde associadas ao diagnóstico da COVID-19 e aos sintomas relacionados durante a primeira onda de infecções no Brasil. Visto que esta análise é fundamental para entender como fatores sociais e econômicos podem afetar a propagação e o impacto da doença em diferentes grupos da população. A investigação dessas desigualdades é relevante, pois permite identificar quais grupos estão mais vulneráveis aos efeitos da pandemia e direcionar políticas e intervenções específicas para mitigar essas disparidades. Ao considerar os fatores socioeconômicos, como renda, ocupação, acesso a serviços de saúde e condições de moradia, o estudo pode fornecer insights valiosos sobre os determinantes sociais da saúde relacionados à COVID-19 no contexto brasileiro.

Para finalizar, conforme Figueiredo (2022), as informações destacam dois pontos importantes. Primeiramente, os resultados obtidos até o momento indicam que o aumento da pobreza foi menor do que o previsto por pesquisadores e organizações internacionais. Isso sugere que as ações implementadas após a entrevista da PNAD Contínua foram eficazes na absorção do contingente de pessoas que foram colocadas em situação de pobreza devido à pandemia. Além disso, o Brasil estabelece uma frente importante no combate aos efeitos adversos da COVID-19, atendendo ao aumento da demanda por programas sociais. Essa estratégia visa atender às necessidades imediatas da população esperando pela crise e evitar que o agravamento das condições de pobreza tenha impacto nas gerações futuras. No entanto, é ressaltado que a estratégia de combate à pobreza não deve ser disciplinada dos demais setores da economia. Para uma superação efetiva da pobreza, é necessário repensar o desenho atual dos programas sociais, considerando a interação com o mercado de trabalho, o sistema educacional e o sistema de saúde. Essa abordagem integrada e abrangente pode contribuir para enfrentar as causas da pobreza e promover uma melhoria sustentável nas condições de vida das pessoas.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender o impacto da pandemia de Covid-19 na questão da pobreza no Brasil. Através de estatísticas e revisão da literatura, busca-se identificar os principais fatores que contribuíram para o agravamento dessa situação e examinar as medidas adotadas no combate à pobreza durante a crise sanitária em 2020.

A base de dados utilizada neste estudo foi construída por meio de uma revisão da literatura. Foram consultados artigos científicos, relatórios governamentais, documentos de organizações internacionais e dados oficiais para coletar informações relevantes sobre a relação entre a pandemia de Covid-19 e a pobreza no Brasil.

Este trabalho é de natureza exploratória, visando compreender e analisar os impactos da pandemia na questão da pobreza. Para tanto, são utilizados dados estatísticos e informações obtidas por meio da revisão da literatura.

A análise dos dados está estruturada em duas subseções. A primeira subseção aborda a natureza da pesquisa, descrevendo a metodologia utilizada e as fontes de dados consultadas. Em seguida, são apresentadas as variáveis que compõem a base de dados, destacando os indicadores relacionados à pobreza e os principais fatores que influenciaram seu agravamento durante a pandemia.

1.2. 3.1 Variáveis e base de dados

As informações deste trabalho foram extraídas da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD Covid-19 do (IBGE) retirada do próprio site da Instituição. A pesquisa ainda buscou considerar a quantidade de pessoas que foram impactadas pelo desemprego durante a Pandemia. (IBGE, 2020).

Mediante análise descritiva, buscou-se analisar o percentual da população beneficiada pelo Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial entre os meses de maio a novembro de 2020. O período foi escolhido para analisar os efeitos da pandemia no primeiro ano do surto ocorrida no Brasil. A pesquisa não buscou analogias ao BPC pois não foi identificado variável que correlacionam o recebimento do benefício na PNAD Covid-19.

Ademais, buscou-se apresentar dados percentuais das pessoas em situações de pobreza e extrema pobreza nos meses supracitados. O cálculo da pobreza, em tese, é fundamentado a partir de dimensão da pobreza, em que os registros apontam para a população domiciliar que se encontra abaixo da linha da pobreza baseada na seguinte sentença:

$$P. o = q/n$$

No qual: q representa a população que se encontra abaixo da linha da pobreza e n representa o total da população. A extrema pobreza também é representada da mesma forma. Em análise no banco de dados da PNAD Covid-19 do IBGE não foi possível alcançar a renda domiciliar, portanto, a análise foi fundamentada na renda de cada indivíduo, fazendo a somatória de todas as fontes como aposentadoria e pensão, renda de programas sociais, dentre outras.

Após a formulação dessa análise foi aplicada a linha de pobreza concomitante a linha de extrema pobreza das pessoas cadastradas nos dados da PNAD Covid-19. A avaliação dos resultados foi respaldada através do fator de expansão amostral. Em relação à população que se encontra abaixo da linha de pobreza, empregou-se linhas do Governo Federal para verificação de inclusão no Bolsa Família.

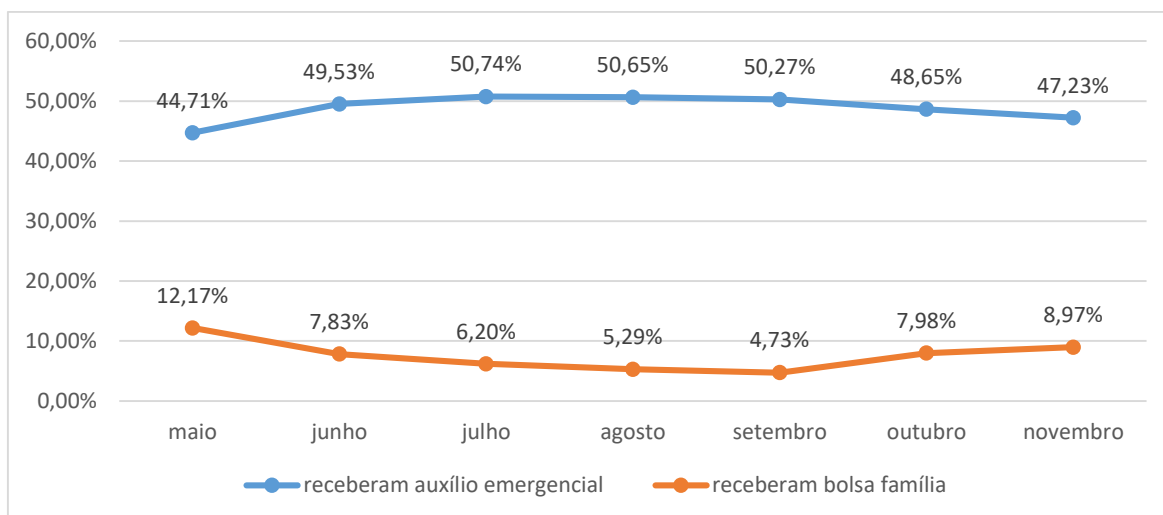
Dessa forma, as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza são as que possuem renda mensal de R\$89,00, quanto as pessoas que se enquadram na pobreza, possui renda de R\$178,00 por pessoa. Assim foram as amostragens que possibilitaram a delimitação da população pobre e da extrema pobreza.

Dessa maneira, a especificação dos indivíduos de acordo com contexto da pandemia, ponderando o recebimento de programas sociais o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Além do mais, a definição da população foi considerada mediante as seguintes caracterizações: sexo, cor ou raça, escolaridade e situação no mercado de trabalho. Os resultados e as análises serão apresentados na seguinte seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados extraídos na PNAD Covid-19 possibilitaram realizar a análise e interpretação da pobreza e extrema pobreza no contexto da pandemia no Brasil em 2020. Faz-se importante salientar que muitas pessoas perderam suas rendas em razão da pandemia, desse modo, fizeram com que os brasileiros recorrem ao auxílio emergencial ofertado pelo Governo Federal, cuja intenção seria minimizar os impactos na renda das famílias. A seguir, será apresentada a analogia entre o auxílio emergencial e a Bolsa Família, da qual, a análise dar-se —á através dos dados mostrados em percentual.

Gráfico 1- relação dos beneficiários do Programa Bolsa Família e Auxílio Emergencial nos meses de maio e novembro de 2020 representado em (%)- Brasil.



Fonte: autoria própria (2022) desenvolvido conforme resultado da PNAD Covid-19 (IBGE,2020).

Analisando o Gráfico 1 percebe-se que 87,83% da população brasileira não eram beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de maio de 2020, já em novembro, o percentual teve um aumento de 3,2%, ou seja, o percentual subiu para 91,03 %. Dessa forma, compreende-se que 8,97% da população se beneficiou do PBF no mês de novembro. No que diz respeito ao Auxílio Emergencial, o gráfico mostra que 44,71% da população brasileira foi contemplada pelo Auxílio do Governo no ano de 2020. Em julho, 50,74% dos brasileiros foram contemplados. Já em novembro, 47,23%.

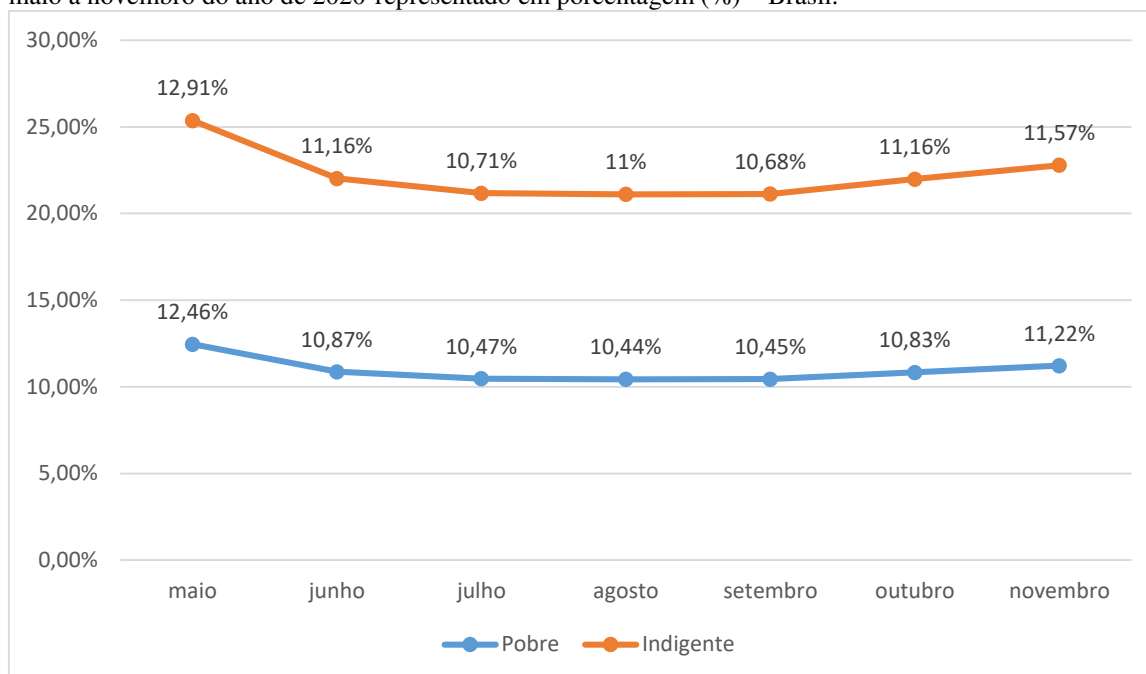
Estas informações apresentam que o Auxílio Emergencial foi um programa social de transferência de renda significativo no cenário de pandemia, visto que este benefício alcançou 68.490.1307 brasileiros. 38,2 milhões eram trabalhadores informais e 19,2 milhões eram beneficiários do PBF, juntamente a 10,5 milhões de pessoas registradas do vinculadas ao Cadastro único¹ (DIEESE, 2021, p.07).

Na situação da perda de renda em decorrência da pandemia, houve alternâncias de brasileiros que se encontravam abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza. Este critério foi fundamentado de acordo com o Artigo 18º do Decreto nº 9.396, de 2018, no qual o Governo brasileiro classifica valores referenciais que caracterizam as situações de pobreza e extrema pobreza. Considerados como requisitos para receber benefícios de programas de Distribuição de Renda. O decreto estabelece que as famílias com renda mensal de até R\$178,00 por pessoa são consideradas pobres no Brasil. Já as famílias que vivem com uma renda mensal por pessoa de até R\$89,00 são classificadas como extremamente pobres (BRASIL, 2018).

¹ Cadastro único (CadÚnico) é um registro que armazena informações das famílias brasileiras e de indivíduos que se encontram em situações de pobreza ou extrema pobreza. Essa ferramenta ainda contribui para elaboração de políticas públicas e sociais voltadas a estes grupos. (IBGE, 2021).

A seguir, no gráfico 2, serão apresentados os resultados coletados das pessoas que se encontravam abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza entre os meses de maio e novembro de 2020, conforme cadastro da PNAD

Gráfico 2- relação dos brasileiros que se encontravam abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza no mês de maio a novembro do ano de 2020-representado em porcentagem (%) – Brasil.

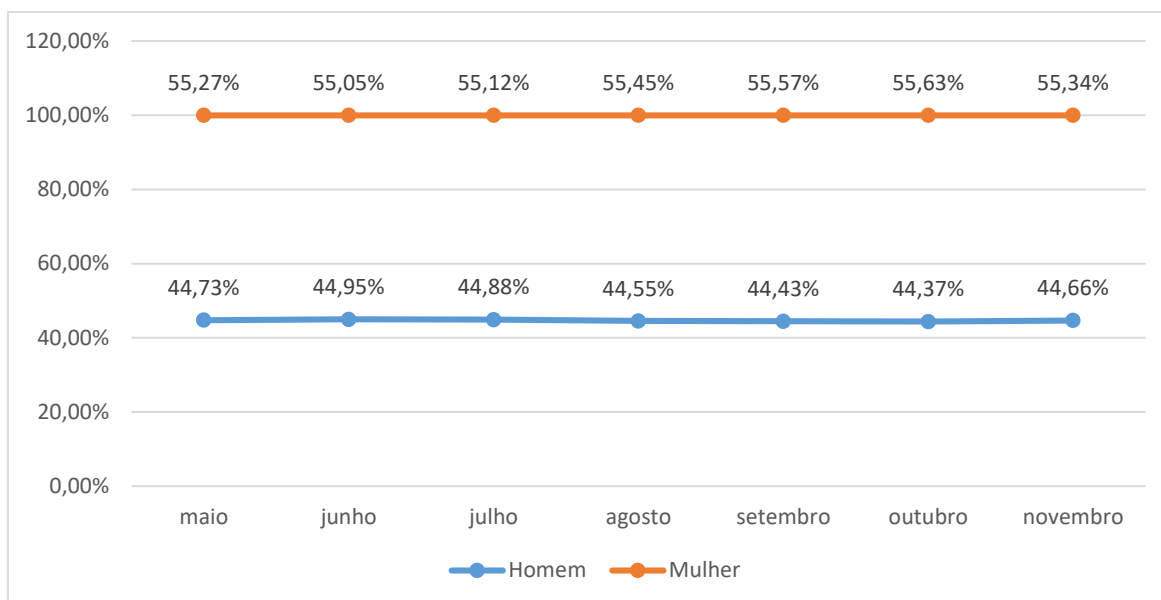


Fonte: autoria própria (2022) desenvolvido conforme resultado da PNAD Covid-19 (IBGE,2020).

No Gráfico 2, entende-se que em maio de 2020 o percentual da população brasileira de renda menor ou igual a linha de pobreza referenciada no valor de até R\$178,00 por pessoa, era de 12,91%. No mês de novembro, quando a população recebeu o Auxílio Emergencial, o percentual reduziu 1,34%, ficando em 11,57%. Quanto à situação de extrema pobreza cujas pessoas se encontravam abaixo da linha de pobreza era de 12,46%, já no mês de novembro esse percentual foi 11,22%.

A partir da linha de referência que representa a linha de pobreza, que utilizada nesta pesquisa é relativamente baixa, pois as pessoas que receberam o Auxílio Emergencial deixaram a situação de pobreza, com base no critério apontado. Seguidamente, no Gráfico 3 será mostrado os resultados representado em porcentagem (%) as pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza com base no sexo, a partir do mês de maio a novembro de 2020.

Gráfico 3- relação dos brasileiros que em situação abaixo da linha de pobreza, com critérios de sexo, nos meses de maio a novembro de 2020- Brasil



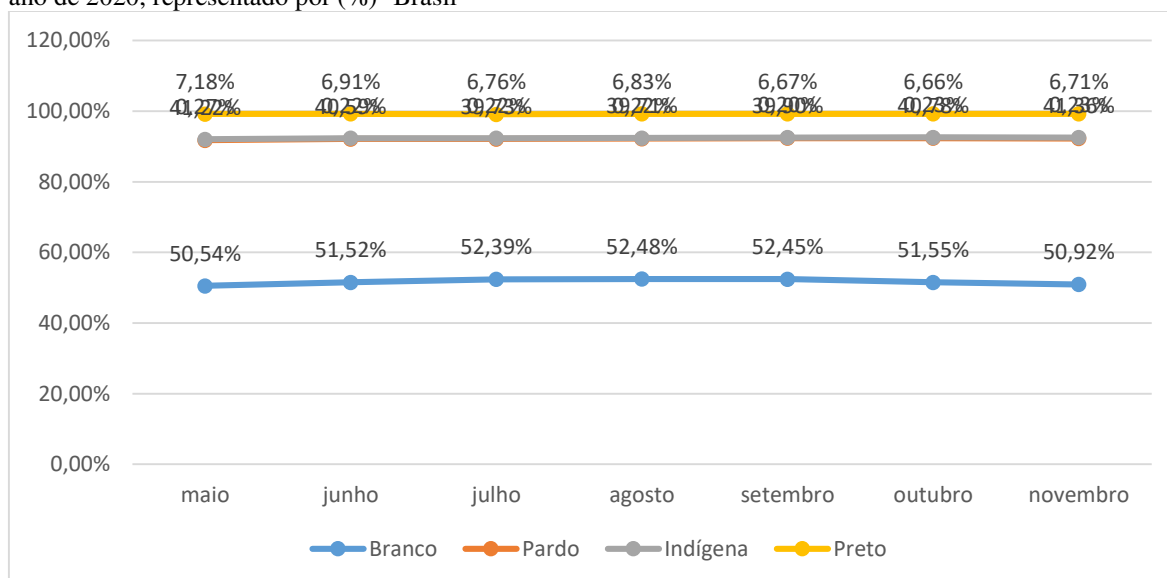
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020)

No mês de junho de 2020, identificou-se que 55,05% de mulheres estavam abaixo da linha de pobreza, que no mês de outubro teve aumento de 0,58%. Os homens, no mês de maio, era de 44,95% no mês de junho, no mês de outubro, reduziu para 0,58%. Deduz que as mulheres vivem em maior situação de pobreza, comparada aos homens.

Dieese (2020) afirma que no 3º trimestre dos anos de 2019 e 2020, a faixa de mulheres que ficaram desempregadas subiu para 8,6 milhões, quanto às mulheres empregadas, teve redução de 5,7 milhões, ou seja, 504 mil mulheres ficaram desempregada, conforme informações extraídas da PNADC (DIEESE, 2020).

A seguir, será apresentado o gráfico 4 que representa etnia ou cor.

Gráfico 4- relação das pessoas que vivem na linha da pobreza, caracterizado pela etnia, do maio de novembro no ano de 2020, representado por (%)- Brasil

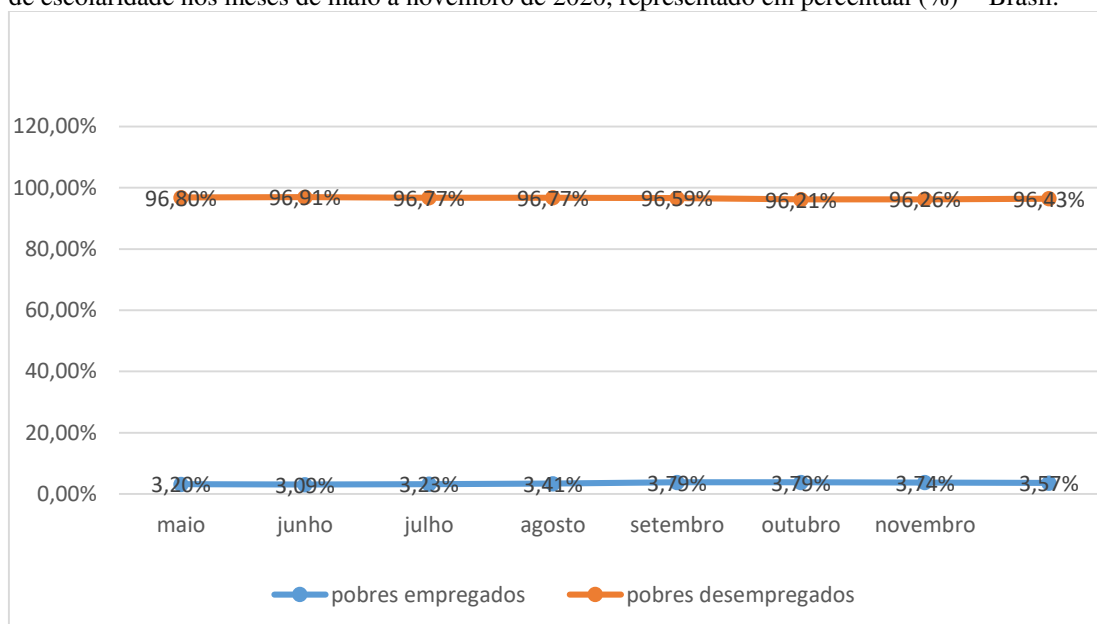


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020)

Mediante o gráfico 4, entende-se que a população que se autodeclarou brancas no mês de maio, foi de 50,54%, negras 7,18, indígenas, 0,27 e pardas 41,22%. Em agosto, a pessoa autodeclarada branca aumentou 1,94%, ficando em 52,48%. A negra reduziu-se em outubro. As oscilações desse grupo étnico são baixas. O grupo auto considerado indígenas está abaixo de 1%, já as auto consideradas pardas, em maio foi de 41,22%. Houve uma leve acentuação desse percentual no mês de novembro.

De acordo com Dieese (2020) em 2020, logo no primeiro trimestre, cerca de 8 milhões de brasileiros ficaram desempregados por conta do *Lockdown* decretado por prefeitos e governadores para evitar a propagação do vírus. Desse número total de desempregados, 71% são negros. É importante salientar que o negro é o grupo que mais sofre de vulnerabilidade social e econômica no país. Em relação ao nível de escolaridade, serão apresentados os resultados no gráfico 5.

Gráfico 5- relação dos brasileiros que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza, caracterizado pelo nível de escolaridade nos meses de maio a novembro de 2020, representado em percentual (%) - Brasil.

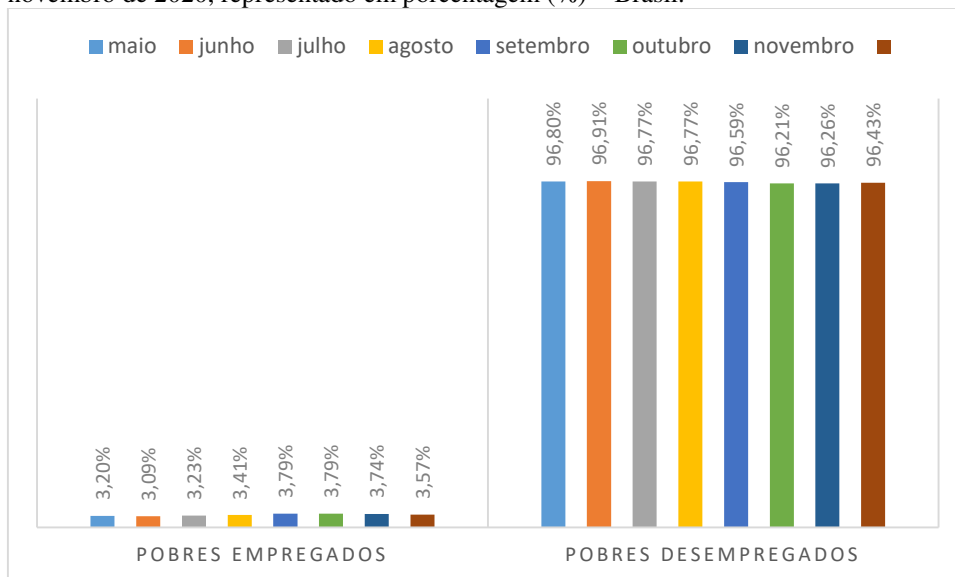


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020)

O gráfico aponta que a população que vivia em inferior à linha da pobreza é a cujo o nível fundamental inconcluso, representado o maior índice em outubro de 2020, com exatamente 38,73%, em maio do mesmo ano, o índice era de 36,63%. Já as pessoas com ensino superior concluído, só no mês de maio, representaram 4,82%, e no mês de novembro, o percentual diminuiu para 4,82%. Infere-se que a população pobre que possuía maior nível de escolaridade, sofrera menos impacto durante o período analisado.

A pandemia ocasionou crises significativas no mercado de trabalho. A seguir, no gráfico 6, apresenta o índice da população que possui renda maior ou igual a linha de pobreza, isso quer dizer que será mostrada a população que perdeu ou não seus empregos entre maio e novembro de 2020.

Gráfico 6- relação das pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza que perderam ou não de maio a novembro de 2020, representado em porcentagem (%) – Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020)

Com base no gráfico 6, a população que vivia abaixo da linha da pobreza representava 3,20% que estavam empregadas no mês de maio de 2020, isso quer dizer que a 96,80% estavam desempregadas. Já em novembro, a população pobre que estava empregada teve acréscimo de 0,37%, exatamente 3,57%, concomitante a essa situação, a população pobre que não estava empregada caiu para 96,43%.

A pandemia acarretou em perdas de empregos e milhares de pessoas perderam seus trabalhos e conseqüentemente suas fontes de renda. As pessoas que estavam desempregadas sofreram ainda mais pela busca por outro emprego em razão do *lockdown* que reduziu a ida e vinda das pessoas para conter a propagação do vírus Covid-19. Salienta-se que a população que a fonte de renda era mais baixa, foi a mais impactada pelo cenário de crise sanitária. (DIEESE, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta pesquisa buscou trazer os dados relacionados à pobreza no Brasil no contexto da pandemia em razão da propagação do Covid-19, especificando o gênero, etnia, grau de escolaridade e situação de trabalho. Sob respaldo das informações colhidas da PNAD Covid-19 do IBGE, nos meses de maio a novembro de 2020, foi realizada a análise desses índices representado em porcentagem através de gráficos.

Com os resultados coletados, verificou-se que a maior parte da população era composta por mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade social e financeira na pandemia, considerando esta, que se encontrava abaixo da linha da pobreza. Com isso, ocasionou no aumento da pobreza e desigualdade social. É importante enfatizar também que, mediante os dados no gráfico, as pessoas com menor nível de escolaridade foram as mais impactadas pelas consequências da pandemia.

Dessa forma, o auxílio emergencial foi salutar para garantir a subsistência dos brasileiros, no qual tiveram resultados positivos nesse período. Complementando o texto, é importante ressaltar que as medidas de proteção social adotadas foram significativas para amenizar a pobreza durante a pandemia de COVID-19. O auxílio emergencial desempenhou um papel crucial na garantia da subsistência dos brasileiros, apresentando resultados positivos nesse período desafiador.

Destaca-se que é necessária a implementação de políticas sociais para minimizar a desigualdade social através da compreensão da necessidade da população. Já que o auxílio emergencial foi um programa de distribuição de renda de grande relevância para os brasileiros. Cabendo ao Poder Público ter a obrigação de sempre implementar políticas sociais, visto que se sabe que é possível combater a pobreza e a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. C. et al. **Vulnerabilidade social e o desafio da pandemia de COVID-19: um olhar sobre a realidade brasileira.** Trabalho, Educação e Saúde, 18(3), e0029200.2020.

ANDRADE, Rithyelle Elisa de Souza. **O aumento da vulnerabilidade social durante a pandemia da covid-19 no Brasil: uma análise do perfil dos beneficiários do auxílio emergencial entre 2020 e 2021.** 2022.

ARBACHE, J. S. et al. **COVID-19, desigualdade social e fome no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, 38(1), e00253521. 2022.

ASCOM SE/UNA-SUS. **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença.** 2020. Disponível em *Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença - Notícia - UNA-SUS* (unasus.gov.br) . Acesso em: 02. Maio de 2023.

BALTAR, Carolina Troncoso. **Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no Brasil de 2014 a 2019.** Instituto de Economia, UNICAMP, 2020.

BARBOSA-FILHO, F. et al. **The impact of COVID-19 on employment and wages in Brazil.** *Brazilian Journal of Political Economy*, 40(2), 292-307. 2020.

BRAGA, J. et al. **Social policy, income inequality, and COVID-19 in Brazil.** *World Development*, 140, 105389. 2021.

BRASIL. DECRETO N° 9.396, de 30 de maio de 2018. (SENARC) **Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.** Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/decreto-no-9-396-de-30-de-maio-de-2018-senarc>. Acesso em 04 de julho de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Planalto. Brasília, DF, Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de julho de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº106, de 07 maio 2020.** Planalto. Brasília, DF, maio 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc106.htm. Acesso em: 20 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretarias Estaduais de Saúde. Covid-19 no Brasil.** 2020. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html . Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gabinete do Ministro. Portaria nº 356, de março de 2020.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Casa Civil. Decreto nº 10.316, de 07 abril de 2020.** Planalto, Brasília, DF, abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10316.htm. Acesso em: 08 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 10.398, de 16 junho de 2020.** Planalto. Brasília, DF, junho 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10398.htm#art1. Acesso em: 29 julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Casa Civil. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Planalto. Brasília, DF, maio 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 15 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria-Geral. Medida Provisória nº937, de 02 de abril de 2020.** Planalto. Brasília, DF, abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Exm/Exm-MP-937-20.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria-Geral. Medida provisória N°924, de 13 de mar. de 2020.** Planalto. Brasília, DF, mar. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv924.htm. Acesso em 15 de julho de 2022.

BOSQUEROLLI, A.M. et al. **Brasil e o mundo diante do Covid-19 e da crise econômica.** PETeconomia. UFPR, 2020. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-omundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

CARVALHO, G. C. et al. **Informal workers and COVID-19 in Brazil: an analysis of surveillance data and policy responses.** Cadernos de Saúde Pública, 36(6), e00085820. 2020.

COSTA, Ecio de Farias; FREIRE, Marcelo Acioly dos Santos. **Estudo de avaliação do programa de Auxílio Emergencial:** Uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343015955_ESTUDO_DE_AVALIACAO_DO_PROGRAMA_DE_AUXILIO_EMERGENCIAL_UMA_ANALISE_SOBRE_FOCALIZACAE_EFICACIA_A_NIVEL_MUNICIPAL/link/5f119958299bf1e548bd579b/download. Acesso em: 17 de julho de 2022.

COSTA, S. BIBLIOTECA FGV. **Pandemia e Desemprego no Brasil. Agosto de 2020.** Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81893>. Acesso em: 02 de agosto de 2022.

DE CARVALHO, A. et al. **Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil.** Cad. Saúde Pública, v. 37, n. 9, p. e00071721, 2021.

DIEESE. Brasil a inserção das mulheres no mercado de trabalho. **As mulheres são fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho em 2020.** Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> Acesso 04 de agosto de 2022.

DIEESE. **Pandemia afeta principalmente trabalhadores mais precarizados. Boletim Emprego em Pauta. N° 16- outubro de 2020.** Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html>. Acesso 15 de agosto de 2022.

DIEESE. **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. Boletim Especial. 10 de novembro de 2020.** Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html> Acesso em 12 de agosto de 2022.

DIEESE. **Desigualdades Sociais e Econômicas se Aprofundam. Boletim de Conjuntura. Número 29 – junho/julho de 2021.** Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html> Acesso em setembro 2021 Acesso em: 11 de agosto de 2022.

DIEESE. Crise dentro da crise: pandemias agrava longa depressão Brasileira. Especial 1º de maio Dia do Trabalhador. 29 de abril de 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/especial1deMaio.html> Acesso 05 de agosto de 2022.

DOURADO, D. A. et al. Políticas sociais e enfrentamento da COVID-19: o caso do Brasil. Saúde e Sociedade, 32(1), e200952. 2023.

FRANÇA, N.C., CAMPÊLO, G.L., FRANÇA, J.M.S., VALE, E.G., BADAGNAN, T.F. A decomposition analysis for socioeconomic inequalities in health status associated with the COVID-19 diagnosis and related symptoms during Brazil's first wave of infections. Science Direct. 2021.

FERREIRA, J; JÚNIOR, F. Políticas Públicas do Período Lula: Um Olhar em Busca de Elementos Keynesianos. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, v. 3, n. 2, 2014.

GUPTA, R., et al. Poverty and COVID-19: A Complex Interplay of Health, Housing, and Social Protection. Journal of Urban Health, 99(1), 1-4. 2022.

JOHNSON, B., et al. COVID-19 and Poverty: A Cross-National Analysis of Pandemic-Related Economic Hardship. Social Forces, 100(2), 607-635. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. O efeito da COVID-19 sobre os indicadores de pobreza brasileiros e as políticas de mitigação: uma discussão inicial. Brasília.2022

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 13 de maio de 2020. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

GARBE, Hugo de Souza. A crise econômica do COVID-19: uma análise dos efeitos na economia brasileira. 2022

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. Caderno Cedes, v.21, p.30-41, 2001.

LAVINAS, L. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica, v. 4, n. 1, p. 25-59, 2002.

MACHADO, M. L.; FREITAS, R. O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos. Nexo Políticas Públicas, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Rogério Teixeira de. A pandemia da Covid-19 e o aumento de vulnerabilidades. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, e13810918033, 2021 (CC

BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18033>. Rio de Janeiro. 2021.

PAIVA, Luis Henrique; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; Letícia Bartholo; SOARES, Sergei. **Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Brasília / DF – Brasil. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200243>

RAMOS, Carolina Lima **O impacto do auxílio emergencial sobre a pobreza e a desigualdade durante a pandemia do coronavírus**. Rio de Janeiro. 2021.

RIBEIRO, C; MENEZES, R. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 7, n. 1, p. 42-55, 2008.

SANTOS, M. S. et al. **The Impact of COVID-19 on Health Inequalities in Brazil: A Perspective from a Middle-Income Country**. International Journal of Environmental Research and Public Health, 19(2), 614. 2022.

SILVA, Yolanda de Paula. **POBREZA NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**. Varginha- MG 2021.

SMITH, A. **The Impact of COVID-19 on Poverty**. International Journal of Sociology and Social Policy, 40(9/10), 1179-1194. 2020.

SOUSA, R. **Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil**. Unifesspa: Painel Reflexão em tempos de crise, v. 25, 2020.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v.31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: [www.seer.ufu.br > index.php > article](http://www.seer.ufu.br/index.php/article). Acesso em 14 de agosto de 2022.

SOUZA, L. S. et al. **COVID-19 in Brazil: Spatial analysis shows the high vulnerability of the poor and precarious settlements**. Ciência & Saúde Coletiva, 25(Suppl 1), 3343-3352. 2020.

SOUZA, P. R. et al. **O impacto do auxílio emergencial na redução da pobreza e da desigualdade no Brasil durante a pandemia de COVID-19**. Economia Aplicada, 25(2), 290-310. 2021.

OREIRO, J; DE PAULA, L. **A Economia Brasileira no Governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**. ResearchGate. set, 2019.

PONTES, Antonio Vegano Rios. BENEGAS, Terezinha. **Auxílio Emergencial: Impactos na renda e no ICMS**. Disponível em: https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/auxilio_emergencial__impactos_na_renda_e_no_icms.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2022.

TROVÃO, C. A pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. (Texto para Discussão, n. 004).